



A gestão integrada da informação no Arquivo Municipal de Lisboa

Paulo Batista

Arquivo Municipal de Lisboa, Portugal, paulo.jorge.batista@cm-lisboa.pt

Resumo

O projeto, pioneiro em Portugal, de digitalização dos processos de obra particulares do município de Lisboa, iniciado em 2005, no AML, assume-se como decisivo na prossecução da gestão integrada da informação por esta organização. Trata-se de um conjunto de processos relacionados com um edifício, documentando a vida de um imóvel desde a construção até ao final da sua existência, isto é, até à demolição total.

A opção por esta série deveu-se a ser a mais consultada e com pedidos de reprodução pelos clientes do AML, apresentando características específicas no que respeita à sua organização, acondicionamento, formatos e tipologias de documentos ingressos, sustentada na tentativa de implementação do modelo de gestão integrada da informação, com recurso às TIC.

Deste modo, por um lado, o projeto de digitalização desta documentação teve como objetivo central dotar o município da capital de uma estrutura totalmente digital. Por outro, o público do AML foi o motor deste projeto, no sentido em que se procurou conhecer as suas necessidades de informação, planeando políticas com vista a uma resposta mais célere e eficiente.

Palavras-chave: Gestão integrada da informação, Arquivo Municipal de Lisboa, Processos de Obra Particulares, Digitalização

NÚMEROS

A série processos de obra particulares, que está localizada no Arquivo Municipal de Lisboa, em Campolide, constitui a mais significativa, no que respeita à dimensão, do município de Lisboa, com aproximadamente 68.000 processos de obra particulares, com mais de 2.650.000 processos, repartidos por cerca de 270.000 volumes, ocupando, em depósito, perto de 6.200 metros lineares de documentação, dos quase 25.000 que compõem o AML.

IDENTIFICAÇÃO

Um processo de obra particular é composto pela documentação, respeitante a um determinado imóvel, acumulada ao longo da sua vida. Desta forma, ingressam num processo de obra particular, além do projeto de construção, os projetos de alterações, ampliações, beneficiações com as respetivas memórias descritivas, licenciamentos, autos de vistoria, prorrogações de licença, baixas de responsabilidade, ou seja, toda a documentação produzida relativa a um edifício específico, que se vai avolumando ao longo do tempo, sendo encerrado apenas com o projeto de demolição total.

Na sua fase inicial a organização dos processos de obra particulares é responsabilidade dos serviços de Urbanismo, que lhes atribuem o número aquando do pagamento da licença de construção. Compete à Divisão do Arquivo Municipal de Lisboa a manutenção dos processos de obra particulares, isto é, o ingresso sistemático de processos respeitantes ao imóvel, nas várias vertentes.

Um processo de obra particular é identificado de forma inequívoca por um código numérico e respetivo local (rua e número de polícia, incluindo, caso haja, os torneamentos), que é o denominador comum a esta documentação, atribuído sequencialmente pelos serviços de Urbanismo, quando se efetua o pagamento da licença de construção inicial. Cada processo de obra particular é constituído por um conjunto organizado de processos que, apesar de pertencerem ao mesmo imóvel, são independentes entre si, estando sujeitos a tramitação administrativa própria, com circuitos próprios e bem definidos, e com um código alfa numérico exclusivo, de acordo com a sua tipologia documental, pelo que é fundamental estarem corretamente organizados.

CLIENTES

Podemos considerar dois grupos de clientes que consulta os processos de obra particulares.

Os primeiro, clientes internos, são os colaboradores do município de Lisboa, destacando-se o Urbanismo, os únicos que podem requisitar e consultar esta documentação fora do AML, no bairro da Liberdade.

O segundo, clientes externos, é constituído, para lá do cidadão comum ou munícipe, por arquitetos e engenheiros, advogados, estudantes e professores, historiadores e investigadores, arquivistas, bibliotecários e documentalistas, agências imobiliárias e gabinetes de arquitetura, etc., que podem efetuar consultas presenciais na sala de leitura do AML, no bairro da Liberdade, e/ou solicitar a reprodução de documentos e pedir certidões e informações.

APLICAÇÕES INFORMÁTICAS E DIGITALIZAÇÃO

A par da organização física dos processos de obra particulares, o AML utiliza duas aplicações informáticas fundamentais para a prossecução da sua missão e respetiva difusão da informação aos clientes – o CI-ARQ e o X-ARQ – que refletem a grande aposta nas novas tecnologias de forma a atingir a gestão integrada de documentos e a construir um efetivo sistema de informação.

O CI-ARQ é uma aplicação de gestão intermédia que efetua o pré-registo dos processos entrados no AML, sobretudo os processos de obra particulares, e o seu circuito a partir desse momento, mas que não permite, ao contrário do X-ARQ, a associação de imagens digitais nem possui interface de pesquisa para os clientes externos.

O X-ARQ é uma aplicação de gestão integrada de arquivos definitivos, que segue as normas internacionais e portuguesas de descrição arquivística. Apresenta aos seus utilizadores a grande vantagem de permitir a consulta à distância da informação digitalizada, através do acesso a um índice digital dos processos de obra particulares.

Este projeto piloto em Portugal começou em 2005, tendo-se optado por digitalizar, em primeiro lugar, a documentação solicitada. No mesmo sentido, escolheu-se digitalizar apenas as tipologias documentais mais requeridas, previamente descritas, antecipando futuras solicitações. As imagens são obtidas a cores para que os técnicos do Urbanismo, arquitetos, engenheiros, etc., possam distinguir as alterações efetuadas nos imóveis. Da mesma forma, as plantas são digitalizadas à escala, para que os referidos técnicos possam efetuar medições e cálculos, para pagamento de taxas de imposto municipal sobre imóveis (IMI), imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT), etc.

As razões da opção pelo digital são evidentes: preservação dos originais, difusão da informação, e qualidade de resultados. Os objetivos a alcançar são: maior acessibilidade e rapidez na circulação dos processos de obra particulares, normalização de procedimentos e maior eficiência dos circuitos

documentais, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da gestão integrada de documentos do município de Lisboa, ao melhorar o acesso à informação, permitir um maior intercâmbio com os clientes externos, impedir a degradação documental e garantir a transparência dos procedimentos arquivísticos, facilitando o acesso à informação.

COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

É possível obter reproduções em suporte papel e suporte digital desta documentação salvaguardando as limitações decorrentes da conservação das espécies e das restrições impostas pela lei. Os pedidos são, quase exclusivamente, relativos a plantas, normalmente, relacionados com o IMI ou com avaliações e devem-se a questões legais, como a obrigatoriedade de apresentar essa documentação em tribunal, ou a questões particulares, como, por exemplo, poder efetuar alterações na própria habitação. Em menor número verificam-se pedidos de reprodução para fins de investigação ou, simplesmente, porque querem ter o projeto na sua posse e saber como o edifício foi construído.

Os clientes internos, no exercício das suas funções, têm prioridade nos pedidos de consulta e/ou reprodução de documentação, devendo fazer-se acompanhar de um ofício nesse sentido, assinado pelo respetivo superior hierárquico.

Para lá das consultas e pedidos presenciais no AML, no bairro da Liberdade, os clientes podem pesquisar, requisitar e efetuar pedidos de reprodução dos processos de obra particulares *on-line*, através do X-ARQ, a partir do Módulo de Sala de Leitura disponível no portal de pesquisa do *site* do AML, que são encaminhados para a sala de leitura deste Arquivo, para efetuar a sua reserva de modo a serem consultados posteriormente.

O acesso aos documentos digitais e/ou em outro suporte, que ainda não foram digitalizados, é efetuado através do *site* do AML, presencialmente na sala de leitura do AML, no Balcão de Atendimento Municipal, do edifício central do município, no Campo Grande, e no Balcão Intermunicipal da Loja do Cidadão, nas Laranjeiras, podendo, nesta situação, ser enviados à cobrança e, finalmente, pelos serviços camarários quando necessitam de um processo de obra particular para instrução de um ato administrativo ou processual.

Em relação aos pedidos de certidões, quer sejam efetuados no Balcão de Atendimento, no Campo Grande, quer diretamente no Arquivo, o procedimento é igual ao dos pedidos de reprodução, com exceção de o pagamento ter de ser feito no momento do pedido e após a sua digitalização e reprodução as mesmas serem enviadas para a Divisão de Relação com o Município, no Campo Grande, com vista à sua certificação, já que o AML apenas disponibiliza as reproduções e elabora as informações para certificação.

Conclusões

A digitalização dos processos de obra particulares tem como objetivo estrutural dotar o município de Lisboa de um projeto num ambiente totalmente digital, sustentada no esforço de implementação do modelo de gestão integrada de documentos, de forma a desenvolver um verdadeiro sistema de informação, ao longo do seu ciclo de vida.

Para lá da modernização administrativa do município, com evidências positivas na sua imagem, e do grande impacto na organização interna do AML, possibilita aos munícipes visualizar o índice digital por volume, requisitar *on-line* a imagem pretendida, substituindo a cópia tradicional pela impressão

digital ou em gravação em CD/DVD, otimizando o processo, e criar postos de atendimento ao cidadão onde se fornecem, de imediato, os documentos já digitalizados e solicitados.

Referências bibliográficas

BATISTA, Paulo (2008) – *O Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa: caracterização dos grupos de trabalho e da sua metodologia*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Relatório de estágio de mestrado.

BRITO, Vasco (2001) – Os processos de obra no município de Lisboa: origem documental, estrutura tipológica e classificação patrimonial. In *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 0873-9870. N.º 5, p. 128-142.

VIEGAS, Inês; CATARINO, Irene (2006) – Projeto de digitalização no Arquivo Municipal de Lisboa: os processos de obra. In Encontro Nacional de Arquivos Municipais, 7, Torres Vedras, 2006 – *Modernização administrativa e qualidade* [Em linha]. [Consult. 25 jan. 2015]. Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/projectodedigitalizacaoarquivomunicipaldelisboas_processosdeobra.pdf>.

VIEGAS, Inês; CATARINO, Irene (2007) – Arquivo Municipal de Lisboa: caminhar para uma gestão integrada. In *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 0873-9870. N.º 9, p. 192.